

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 217 – 20/09 à 24/09/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Semana CANPAT Construção abre inscrições e aborda mudanças nas Normas Regulamentadoras](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 23/09/2021

Estão abertas as inscrições para a “Semana CANPAT Construção 2021”. O encontro será virtual e acontecerá entre os dias 4 e 8 de outubro, no âmbito da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT). O evento é promovido pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social da Construção Civil (Seconci-Brasil).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ministro Gilmar Mendes cassa condenação de empresa por débitos trabalhistas de outra do mesmo grupo](#)

Supremo Tribunal Federal - 24/09/2021

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia mantido a condenação de uma empresa pelos débitos trabalhistas de outra do mesmo grupo empresarial. Na avaliação do ministro, a Corte trabalhista desconsiderou o comando do Código de Processo Civil (CPC) que proíbe o cumprimento de sentença contra fiador ou corresponsável que não tenha participado do processo desde a fase de conhecimento.

[STF reúne em obra doutrina, legislação e jurisprudência sobre precedentes qualificados](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/09/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) lançou nesta quarta-feira (22) a publicação [Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática – Precedentes Qualificados](#) com o objetivo de consolidar, em um mesmo espaço, informações relativas à temática. O lançamento aconteceu durante o III Encontro Nacional sobre Precedentes Qualificados, promovido pelo Supremo com apoio do Superior Tribunal de Justiça (STJ), realizado em formato virtual entre os dias 22 e 24/9.

[Capacidade para o trabalho afasta direito de servente à indenização substitutiva](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/09/2021

A Avelino Bragagnolo S.A. Indústria e Comércio, fabricante de embalagens de Faxinal dos Guedes (SC), não terá de pagar indenização substitutiva do período da estabilidade acidentária a um servente. A decisão é da Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que explicou que, de acordo com a legislação, não são consideradas como doença do

trabalho aquelas que não produzam incapacidade laborativa, como no caso.

[Sindicato consegue cobrar honorários advocatícios cumulados com assistenciais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/09/2021

A relatora do recurso de revista do MPT, ministra Delaíde Miranda Arantes, afirmou que a cobrança de honorários advocatícios contratuais aprovada em assembleia-geral e com efetiva participação do sindicato da categoria profissional deve, em regra, ser tida como válida, pois o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição da República impõe o reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.

[Motorista demitido por não renovar CNH não receberá férias e 13º salário proporcionais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/09/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Transfarrapos Transportes Rodoviários de Cargas Ltda., de Bento Gonçalves (RS), o pagamento das férias e do 13º salário proporcionais a um motorista dispensado por justa causa, por não ter renovado sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Segundo os ministros, a empresa não está sujeita ao pagamento dessas parcelas no caso de dispensa justificada.

[Frigorífico é condenado por apalpação de empregado em revista pessoal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/09/2021

A Seara Alimentos Ltda. foi condenada pela Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao pagamento de indenização, no valor de R\$ 5 mil, a um empregado que, durante revista pessoal e corporal, teve o corpo apalpado por segurança da empresa. A decisão segue o entendimento do TST de que a revista realizada mediante contato físico extrapola os limites do poder diretivo do empregador.

[Como se reinventar em tempos de crise é tema de novo episódio do “Jornada”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/09/2021

O quarto episódio da terceira temporada do programa Jornada mostra os relatos de micro e pequenos empreendedores que se reinventaram em meio à crise sanitária e econômica decorrente da pandemia da covid-19. O programa mostra como a tecnologia tem ajudado empresas a manterem as atividades por meio de vendas e serviços digitais.

[Dificuldade de acesso a água potável resulta em indenização a estivador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/09/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso do Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário (Ogmo) do Porto Organizado de Rio Grande (RS) contra condenação ao pagamento de R\$ 2 mil a um estivador avulso em razão da insuficiência de instalações sanitárias e da dificuldade de acesso a água potável. Para o colegiado, o quadro descrito na decisão revela condições que atentam contra a integridade do trabalhador.



Notícias do Executivo

[AGU assegura na Justiça validade de normas trabalhistas sobre segurança do trabalho](#)

Advocacia-Geral da União - 20/09/2021

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu manter junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10) a validade da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-1) do Ministério do Trabalho e Previdência, que serve como base para regulamentações de Saúde e Segurança do Trabalho. A atuação ocorreu após o Ministério Público do Trabalho (MPT) pedir na Justiça trabalhista a anulação de portarias que alteraram a redação da norma.

[Ministério do Trabalho e Previdência, MEC e ABDI lançam o Monitor de Profissões](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 24/09/2021

O Ministério do Trabalho e Previdência, o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) lançaram hoje, dia 24 de setembro, a plataforma Monitor de Profissões. O Monitor de Profissões é um portal que disponibiliza informações sistematizadas sobre as demandas do mercado de trabalho e, dessa forma, contribui para que trabalhadores de todas as idades e jovens em início de carreira orientem, de forma dinâmica e interativa, suas opções de carreira.

[Registro de PPP passa a ser eletrônico por meio do eSocial](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 23/09/2021

Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) passará a ser um documento eletrônico para as empresas do grupo 1, obrigatoriamente, a partir de 3 de janeiro de 2022. A [Portaria/MTP nº 313](#), publicada nesta quinta-feira (23), regulamenta procedimentos para o cumprimento dessa mudança. Os registros serão feitos no eSocial. As empresas foram divididas em grupos para facilitar a transição. O primeiro grupo contempla 13 mil grandes empresas, com volume representativo de empregados.

[Ministério da Economia realiza consulta pública para regulamentar licitação por menor preço](#)

Ministério da Economia - 24/09/2021

O Ministério da Economia está realizando consulta pública sobre o texto da Instrução Normativa que regulamentará a licitação, por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. A minuta é a 12ª norma que regulamenta a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133), em vigor desde abril de 2021. Os interessados em participar têm prazo até 4 de outubro para enviar as contribuições por meio da [plataforma Participa +Brasil](#).

[Prazo para transação de dívida com o FGTS termina em novembro](#)

Ministério da Economia - 21/09/2021

Termina em 30 de novembro o prazo para adesão à transação na dívida ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que possibilita ao contribuinte negociar débitos inscritos em dívida ativa do FGTS com desconto e prazo ampliado para pagamento. Essa negociação envolve benefícios como desconto de até 70% nos valores devidos ao Fundo e prazo ampliado para pagamento em até 144 prestações, a depender do perfil do empregador e da dívida.

[Live com especialistas debate RTP 05 em outubro](#)

Fundacentro - 20/09/2021

No dia 19 de outubro de 2021, das 14h30 às 16h, a Fundacentro transmitirá no [Canal do YouTube](#), a live “RTP 05: avanços, inovações e desafios”, que faz parte da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat). O objetivo é apresentar e discutir as principais atualizações e inovações contidas na Recomendação Técnica de Procedimentos ([RTP nº 5](#)), a qual traz orientações que estão na nova redação da Norma Regulamentadora nº 18 – Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção Civil e na Norma Regulamentadora nº 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT recebe 47 mil denúncias ligadas à Covid-19 desde o início da pandemia](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/09/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu 47.846 denúncias relacionadas à Covid-19 desde o início da pandemia. É o que aponta novo levantamento realizado pela instituição, divulgado nesta terça-feira (21). Até o dia 20 de setembro, foram ajuizadas 681 ações civis públicas e firmados 872 termos de ajuste de conduta. Também foram expedidas 14.982 recomendações a autoridades do poder público e empregadores e instaurados 15.281 inquéritos civis relacionados à pandemia.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Prorrogada a validade da MP que criou o Ministério do Trabalho e Previdência](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/09/2021

Nesta quinta-feira, 23 de setembro, foi prorrogado por 60 dias o prazo de vigência da Medida Provisória [1.058/2021](#), que recriou o Ministério do Trabalho e Previdência. A MP precisa ser votada até o dia 29 de novembro de 2021. A medida provisória, que perderia a validade na próxima semana, aguarda deliberação na Câmara dos Deputados e também precisa passar por votação no Senado. O ato foi do presidente da mesa do Congresso Nacional, deputado Rodrigo Pacheco, que foi publicado no Diário Oficial da União.

[No Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, SINAIT registra importância da inclusão no trabalho para dignidade](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 21/09/2021

Neste 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, o SINAIT e a Auditoria-Fiscal do Trabalho registram a importância da inclusão de PcDs e reabilitados da Previdência Social no mercado de trabalho para a construção da cidadania e da dignidade dessa parte da população, que hoje soma 45 milhões de brasileiros. A entidade também pontua a relevância da [Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência \(Lei 8.213/91\)](#), que completou 30 anos em 24 de julho.

Outras Notícias

[TRT de Goiás afasta penhora de imóvel luxuoso por causa de dívida trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 26/09/2021

Um imóvel não pode ser penhorado para acerto de dívida caso constitua bem de família, independentemente de seu valor. Com base nesse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás afastou a penhora do sobrado do sócio de uma empresa de engenharia goiana que seria usado para pagar engenheiro civil dispensado sem receber as devidas verbas trabalhistas. A decisão aplica jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça e protege a moradia, em respeito à Constituição.

[TRT-GO diverge sobre adicional a trabalhador que usa moto com frequência](#)

Consultor Jurídico - 25/09/2021

Em decisões recentes, a 2ª e a 3ª Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás) adotaram entendimentos diferentes sobre as hipóteses em que empresas devem pagar ao empregado adicional de periculosidade referente ao uso de motocicleta no trabalho. Para a 2ª Turma, é preciso que o empregador exija o uso do veículo. Para a 3ª, essa exigência é irrelevante.

[STF vai retomar julgamento de custas ao perdedor em ações trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 24/09/2021

O Supremo Tribunal Federal marcou para o dia 7 de outubro o julgamento de dispositivos da Reforma Trabalhista que preveem o pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e perícias de sucumbência aos perdedores dos litígios. Os ministros vão julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, que questiona três artigos da Lei 13.467/2017.

[TST revisa decisão e autoriza terceirização de atividade-fim pela Enel de Goiás](#)

Consultor Jurídico - 24/09/2021

Com base em entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal sobre a licitude da terceirização de atividade-fim, o juízo da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho reviu decisão anterior da própria corte e permitir que a Enel Goiás possa terceirizar o serviço de todas as etapas do processo produtivo.

[TST vai decidir se Covid-19 pode ser doença do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 23/09/2021

O Tribunal Superior do Trabalho vai julgar se a Covid-19 pode ser considerada doença do trabalho. O recurso será analisado pela 2ª Turma da corte, em data ainda não estipulada, sob relatoria do ministro José Roberto Freire Pimenta. A ação originalmente foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Zona Postal de Sorocaba (Sindect). A entidade acusava a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) de não controlar adequadamente a disseminação da doença em uma unidade na grande São Paulo.

[STF vive disputa psicodélica de decisões com a Justiça do Trabalho, diz Gilmar](#)

Consultor Jurídico - 22/09/2021

Para o ministro Gilmar Mendes, a construção de uma cultura de aplicação de precedentes no Brasil não é fácil, e a prova disso está na relação conflituosa entre o Supremo Tribunal Federal e a Justiça do Trabalho. Em evento na manhã desta quarta-feira, destacou como esse cenário é responsável por gerar insegurança jurídica.

[STF reitera validade de intervalo de 15 minutos a mulheres antes de horas extras](#)

Consultor Jurídico - 21/09/2021

Por considerá-la “justificada e proporcional”, o Plenário do Supremo Tribunal declarou a constitucionalidade da antiga regra da CLT que exigia um descanso mínimo de 15 minutos às mulheres antes das horas extras. O julgamento foi feito no Plenário virtual, em sessão encerrada no último dia 14. O tema teve repercussão geral reconhecida. A norma já foi revogada pela reforma trabalhista e, por isso, a tese só vale para contratos firmados ou ações ajuizadas antes de 2017.

[Justiça do Trabalho não pode julgar suspensão de portarias sobre segurança laboral](#)

Consultor Jurídico - 20/09/2021

A competência para julgar a suspensão de um ato normativo de uma secretaria de governo é da Justiça Federal, e não da Justiça do Trabalho. Assim, a 15ª Vara do Trabalho de Brasília extinguiu, sem resolução de mérito, uma ação que questionava portarias da Secretaria Especial de Previdência sobre segurança no trabalho.

[Norma ISO para reduzir riscos psicossociais no trabalho é publicada](#)

Revista Proteção - 23/09/2021

Foi publicada em junho deste ano a nova ISO 45003, a primeira norma internacional de SSO (Saúde e Segurança Ocupacional), criada com objetivo de reduzir riscos psicossociais e salvar vidas no ambiente de trabalho em organizações de todos os tamanhos e setores. “A ISO 45003 é uma norma de diretrizes sobre gestão de riscos psicossociais e promoção de bem-estar no trabalho, como parte de um sistema de gestão da SST”, explica Francesco De Cicco, engenheiro, especialista em Gestão de Riscos e Segurança de Sistemas e diretor executivo do QSP (Centro da Qualidade, Segurança e Produtividade).

[OMS/OIT afirmam que quase 2 milhões de pessoas morrem por causas relacionadas ao trabalho a cada ano](#)

Revista Proteção - 21/09/2021

As doenças e lesões ocupacionais foram responsáveis pela morte de 1,9 milhão de pessoas em 2016, de acordo com as primeiras estimativas conjuntas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com as estimativas conjuntas sobre a carga de doenças e lesões relacionadas ao trabalho, “[WHO/ILO Joint Estimates of the Work-related Burden of Disease and Injury, 2000-2016: Global Monitoring Report](#)”, a maioria das mortes relacionadas ao trabalho foram devidas a doenças respiratórias e cardiovasculares.



Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 131, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 20/09/2021 Seção I Pág. 13) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Serviço. Transporte. Passageiro. Cessão de Mão de Obra. Retenção;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 132, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 20/09/2021 Seção I Pág. 13) - Contribuição Patronal. Entidades Sindicais. Imunidade. Inaplicabilidade;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA MDR N° 35, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 21/09/2021 Seção I Pág. 14) - Altera e consolida a Instrução Normativa n. 28 e suas alterações advindas da Instrução Normativa n. 20, de 28 de julho de 2020, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Urbano (Pro-Cidades) instituído pela Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS;

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MTP/ME N° 2, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 21/09/2021 Seção I Pág. 89) - Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2021, com vigência para o ano de 2022 e dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2021, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído;

[PORTARIA SRTB-RJ/ME N° 11.104, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 21/09/2021 Seção I Pág. 93) - Instala no Estado do Rio de Janeiro o Fórum Estadual Ação Inclusiva - FEAI/RJ, composto por representantes do setor público dos trabalhadores, dos empregados, das entidades que realizam apoio, qualificação e formação voltada para pessoas com deficiência e reabilitados do INSS e organizações da sociedade civil;

[PORTARIA PGFN/ME N° 11.496, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 23/09/2021 Seção I Pág. 34) - Reabre os prazos para ingresso no Programa de Retomada Fiscal no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e dá outras providências;

[PORTARIA MTP Nº 313, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 23/09/2021 Seção I Pág. 88) - Dispõe sobre a implantação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em meio eletrônico, de que tratam os §§ 3º e 8º do art. 68 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020;

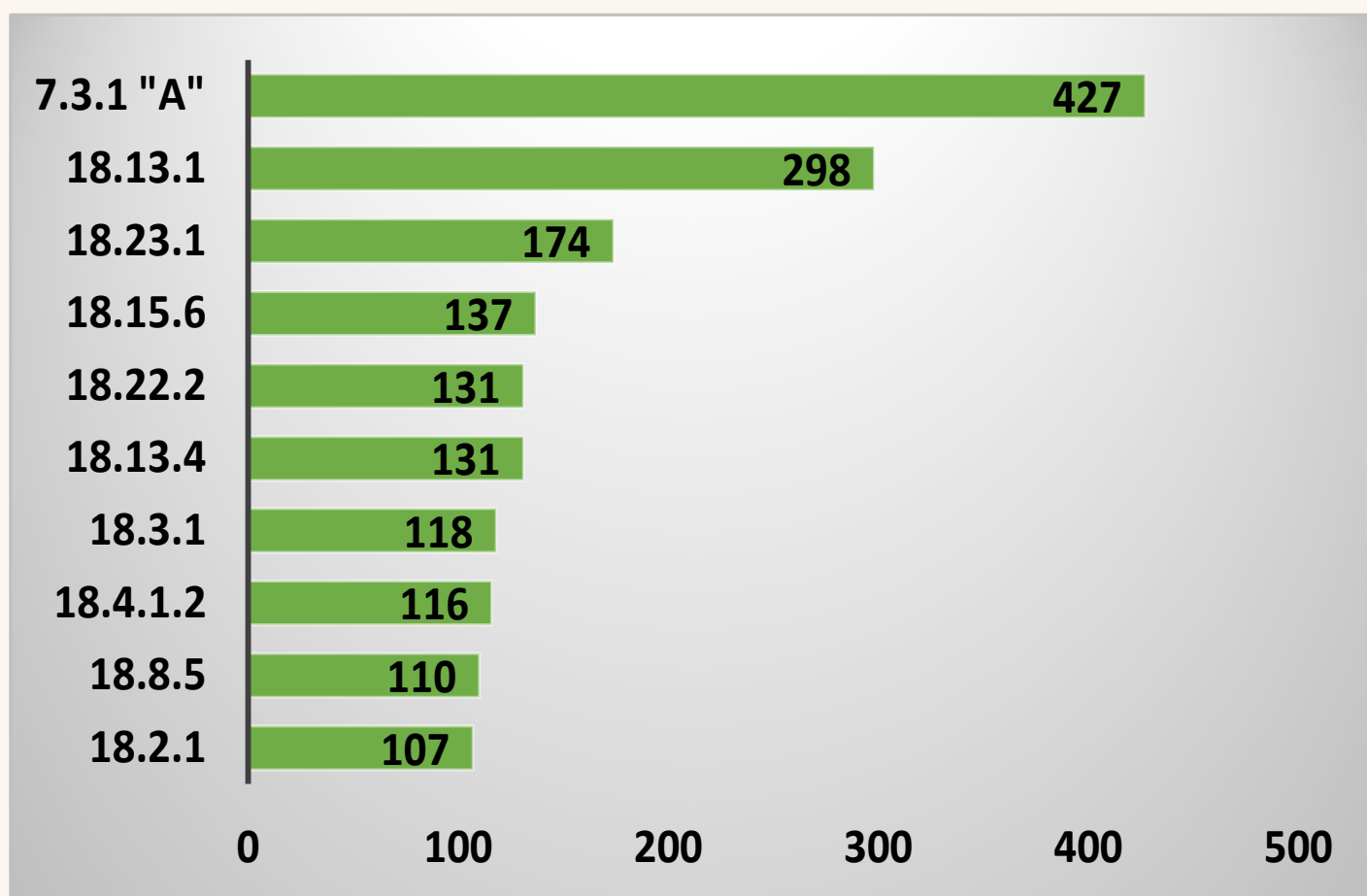
[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 919, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 24/09/2021 Seção I Pág. 114) - Dispõe sobre a revogação expressa de Resoluções do CODEFAT, sobre o tema Sistema Nacional de Emprego, cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 920, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021](#) (DOU de 24/09/2021 Seção I Pág. 114) - Dispõe sobre a revogação expressa de Resoluções do CODEFAT, sobre o Geração de Emprego e Renda, cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/jul):



Retificação: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.3.1. São obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança.

18.4.1.2 As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.2.1 É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI,CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula